



REPÚBLICA
PORTUGUESA

SAÚDE

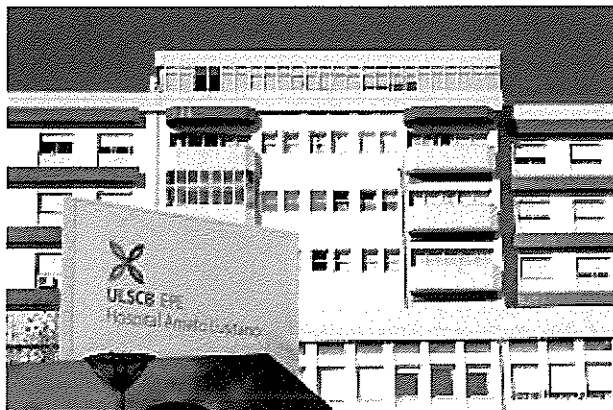


SNS SERVIÇO NACIONAL
DE SAÚDE



Unidade Local de Saúde
Castelo Branco, EPE

ULS - Castelo
Conceção
Data: 01
Id: 30



14/5/2021
Assinado

Presidente
Eng. José Nunes

Vogal Executiva / Dir. Cím. Hosp. Geral
Dra. Maria Augusta Andrade

Vogal Executiva / Dir. Cím. CSP
Dr. Júlio Ramos

Vogal Executiva
Dra. Tânia Pedro

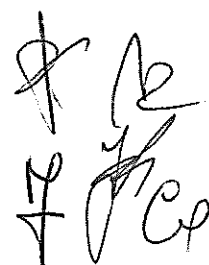
Vogal Executiva / Enq. Diretor
Carlos Almeida - MSc, PhD

Relatório de Execução Orçamental

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2020

NOTA PRÉVIA

- O presente relatório de execução orçamental, referente ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2020, visa dar cumprimento ao previsto na alínea c) do art.º 24.º do Decreto-Lei n.º 18/2017, de 10 de fevereiro.
- O referencial contabilístico em vigor é o SNC-AP, aprovado pelo DL n.º 192/2015, de 11 de setembro.
- A aplicação SICC apresenta neste período mapas de controlo da execução orçamental ainda com algumas incorreções, permitindo, no entanto, que sirvam de base ao reporte realizado mensalmente no SIGO/DGO, após alguns ajustamentos necessários, prevalecendo, em caso de dúvida, os elementos que constam do balancete.
- A análise ao controlo do orçamento económico tem por base a proposta de Contrato-Programa que consta do Plano da Atividades e Orçamento para o ano de 2020 submetida à Tutela, bem como no Acordo Modificativo ao Contrato-Programa de 2020.
- Apesar de ainda não estarem implementados os centros analíticos de responsabilidade, cada responsável de serviço é informado periodicamente sobre a evolução dos gastos da sua área, bem como sobre a execução do Contrato-Programa, no sentido de serem corrigidas atempadamente todas as situações que possibilitem melhorar o desempenho e alcançar os objetivos previstos.

Handwritten signature and initials in black ink, located in the bottom right corner of the page. The signature appears to be 'J. B.' and the initials 'CP'.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	4
I – Execução Orçamental	5
II – Execução Económica face ao Contrato-Programa e Análise à Evolução dos Gastos e Rendimentos Operacionais face ao período homólogo de 2019	9
A – Gastos e Perdas	9
B – Rendimentos e Ganhos	13
III – Recursos Humanos	14
IV – Evolução da Dívida e dos Pagamentos em Atraso	16
CONSIDERAÇÕES FINAIS	18
Anexo I – Gastos e Perdas	18
Anexo II – Variação Gastos e Perdas	20
Anexo III – Rendimentos e Ganhos	21
Anexo IV – Variação Rendimentos e Ganhos	21

INTRODUÇÃO

O presente relatório visa dar a conhecer a evolução ocorrida nos gastos e nos rendimentos da ULSCB durante o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2020, tanto na vertente orçamental, com base no orçamento aprovado pelo Ministério das Finanças, como na vertente económica, tendo como referência o Contrato-Programa.

Analisaremos ainda as principais variações em comparação com o período homólogo de 2019 e nomeadamente a evolução dos gastos operacionais (n.º 7 do art.º 158.º do DL 84/2019, de 28 de junho), bem como a evolução da dívida e dos pagamentos em atraso.

O ano de 2019 ficou marcado pelo agravamento da situação económico-financeira da ULSCB, com a dívida a ultrapassar os 24 M€ e o PMP a fixar-se nos 127 dias. Em comparação com o período homólogo, a dívida cresceu 7M€ e o PMP aumentou 57 dias. Esta realidade resultou do incremento verificado ao nível dos gastos, nomeadamente com pessoal (+3 M€) e fornecimentos e serviços externos (+1 M€), que não foi devidamente compensado do lado da receita, apesar da atribuição de reforço de financiamento para pagamento de dívida no montante de 1,3 M€ (Desp. 278-A/2019/SEO), para além de 74 mil euros para aplicação em despesas com pessoal (Desp. 28-A/2019/SEO).

Para o exercício de 2020, a atribuição de 2,4 M€ no final do primeiro trimestre para cobertura de prejuízos, para além de 830 mil euros para aumentar a capacidade de resposta financeira com os encargos associados ao tratamento da Covid-19, e mais 1 M€ de adiantamento ao Contrato-Programa para pagamento de dívidas em atraso, aliados à atribuição de uma dotação mensal adicional de 300 mil euros desde abril, permitiram aliviar a situação financeira existente em 31/12/2019 até ao pagamento do subsídio de férias e respetivas retenções. Contudo, o efeito conjugado da diminuição das disponibilidades de tesouraria devido à quebra acentuada ao nível da receita própria de taxas moderadoras (principalmente nos cuidados primários, mas também na atividade hospitalar) associado ao aumento dos gastos com pessoal, fez com que a situação tenha piorado no terceiro trimestre, com a dívida a crescer 1,35 M€ face ao trimestre anterior. No último trimestre do ano em análise, embora o PMP tenha diminuído para os 146 dias (-14 dias face a 30/09/2020), a dívida cresceu 5 M€, fixando-se nos 27,1 M€ no fecho do exercício, o que em termos homólogos representa um agravamento de 2,5 M€.

Passando à análise aos resultados alcançados no período em análise, verificamos que o resultado líquido do exercício foi de -11,5 M€ (-10 M€ em 2019), e o EBITDA também apresenta um resultado bastante negativo, chegando aos 9,9 M€ negativos (contra -8,5 M€ em 2019), portanto um agravamento que acompanha o do resultado líquido. Em termos orçamentais a cobrança foi superior ao período homólogo em 16,44% (+11,4 M€) e a despesa paga cresceu 16,47% (+11,4 M€), o que decorre do facto de termos

recebido os reforços acima mencionados. Do ponto de vista da execução económica, globalmente os gastos superaram a dotação prevista em mais 4,4% (+3,5 M€), e ao nível dos rendimentos ficámos aquém do previsto, alcançando apenas os 94,37% dos rendimentos do Contrato-Programa, ou seja -4,3 M€ do que o expectável.

Feitas estas considerações, passaremos à análise à execução orçamental e económica ocorrida nas principais rubricas de forma mais detalhada.

I – Execução Orçamental

De acordo com as instruções da DGO, as dotações finais não apresentam:

- a) Saldo de compromissos negativo - compromissos superiores à dotação corrigida;
- b) Saldo de pagamentos negativo - pagamento superiores à dotação corrigida;
- c) Pagamentos superiores aos compromissos.

As únicas exceções, à semelhança do ocorrido na execução do ano de 2019 e por não termos obtido autorização para o efeito, resultam da imposição decorrente do art.º 8.º do DLEO 2019 e do ponto 40 da Circular 1396 da DGO que não permitiu a redução das dotações, em determinadas rubricas, no âmbito da gestão flexível, não tendo sido possível proceder à redução da dotação nas RCE 02.01.09, 02.01.10, 03.05.02 e 03.06.01, ficando assim a descoberto pagamentos nas seguintes rubricas:

- Fonte Financiamento (FF) 511, RCE 02.02.22.A0.00: 974.883 euros;
- FF 513, RCE 02.02.23.C0.00: 3.983 euros.

Para ultrapassar esta situação, teríamos de ter obtido autorização para reduzir as seguintes RCE:

- FF 511, RCE 02.01.09.A0.00: - 968.496 euros;
- FF 511, RCE 02.01.10.A0.00: -6.387 euros;
- FF 513, RCE 03.05.02.O0.00: -2.983 euros;
- FF 513, RCE 03.06.01: -1.000 euros.

Como o quadro das despesas agrega a maioria destas verbas por estarem associadas ao mesmo capítulo, apenas se constata as situações mencionadas nos capítulos 02 e 03 da FF 513.

Passando à análise à execução ocorrida nas receitas (quadro infra), da mesma resultou um aumento da dotação de 3,95 M€ (+5,14%), com as receitas correntes a registarem uma subida de 1,5 M€ (+2,01%), enquanto que as receitas de capital cresceram 2,4 M€ (+186,05%).

Assim, ao nível das receitas correntes, destaca-se a fonte de financiamento (FF) 511 com um acréscimo de 1,68 M€ (+2,33%) devido aos reforços de financiamento obtidos para pagamento de dívidas (1 M€), para aumentar a capacidade de resposta financeira com os encargos associados ao tratamento da

Covid-19 (830 mil euros). Adicionalmente, foram recebidos financiamentos no âmbito da medida 095 para pagamento do prémio de desempenho aos profissionais de saúde (346 mil euros), para aquisição de equipamento de Cuidados Intensivos (221 mil euros, dos quais devolvemos 11,5 mil euros não considerados pela ACSS na gerência de 2020) e para o plano de Expansão da Capacidade Laboratorial (117 mil euros).

Controlo da Execução Orçamental - Ano 2020

Período: janeiro a dezembro 2020

um: euro

Código	Designação	F.F.	DOTAÇÃO INICIAL ANUAL (1)	DOTAÇÃO CORRIGIDA (2)	Variação relativa da DOTAÇÃO (2)/(1)	Variação absoluta da DOTAÇÃO (2)-(1)	LIQUIDAÇÕES DO PERÍODO (3)	TAXA EXECUÇÃO relativa (3/2)	COBRADO do exercício (4)	COBRADO de exercícios anteriores (5)	TOTAL COBRADO (6)	TAXA EXECUÇÃO relativa anual (6/2)
RECEITAS												
Receitas Correntes			75.540.440	77.056.066	2,01%	1.515.626	75.659.925	98,19%	74.896.845	2.159.221	77.056.066	100,00%
04	Taxas, multas e outras penalidades	513	159.403	595.146	273,36%	435.743	583.602	98,06%	485.993	109.153	595.146	100,00%
06	Transferências correntes	413	2.255.100	1.400.500	-37,90%	-854.600	1.400.500	100,00%	1.400.500	0	1.400.500	100,00%
06	Transferências correntes	513	1.467	0	-100,00%	-1.467	0		0	0	0	
06	Transferências correntes	540	102.150	99.709	-2,39%	-2.441	107.259	107,57%	99.709	0	99.709	100,00%
07	Vendas de bens e serviços correntes	361	397.959	404.436	1,63%	6.477	404.436	100,00%	404.436	0	404.436	100,00%
07	Vendas de bens e serviços correntes	362	50.842	477	-99,06%	-50.365	477	100,00%	477	0	477	100,00%
07	Vendas de bens e serviços correntes	511	72.092.848	73.773.721	2,33%	1.680.873	72.057.465	97,67%	72.057.465	1.716.256	73.773.721	100,00%
07	Vendas de bens e serviços correntes	513	316.112	616.654	95,07%	300.542	982.124	159,27%	335.543	281.111	616.654	100,00%
08	Outras receitas correntes	513	164.559	115.913	-29,56%	-48.646	74.552	64,32%	63.212	52.701	115.913	100,00%
10	Famílias	513	0	49.510		49.510	49.510	100,00%	49.510	0	49.510	100,00%
Receitas de Capital			1.309.391	3.745.490	186,05%	2.436.099	3.745.490	100,00%	3.745.490	0	3.745.490	100,00%
12	Passivos Financeiros	432	1.309.391	772.209	-41,03%	-537.182	772.209	100,00%	772.209	0	772.209	100,00%
12	Passivos Financeiros	721	0	2.728.527		2.728.527	2.728.527	100,00%	2.728.527	0	2.728.527	100,00%
16	Saldo de gerência anterior	488	0	22.049		22.049	22.049	100,00%	22.049	0	22.049	100,00%
16	Saldo de gerência anterior	368	0	68.737		68.737	68.737	100,00%	68.737	0	68.737	100,00%
16	Saldo de gerência anterior	521	0	147.007		147.007	147.007	100,00%	147.007	0	147.007	100,00%
16	Saldo de gerência anterior	522	0	6.800		6.800	6.800	100,00%	6.800	0	6.800	100,00%
16	Saldo de gerência anterior	724	0	161		161	161	100,00%	161	0	161	100,00%
Total Receitas			76.849.831	80.801.556	5,14%	3.951.725	79.405.415	98,27%	78.642.335	2.159.221	80.801.556	100,00%

Nas restantes rubricas e fontes de financiamento, destaca-se o capítulo 04 (taxas, multas e outras penalidades), que corresponde essencialmente às taxas moderadoras cobradas no âmbito da prestação de cuidados de saúde, que teve a dotação reforçada em 436 mil euros (+273,36%) pelo facto da dotação inicial ter sofrido um corte por parte da DGO aquando da validação do orçamento, bem como a FF 513 do capítulo 07 (vendas de bens e serviços correntes) que aumentou 301 mil euros. Em sentido inverso, destacam-se o capítulo 06 (transferências correntes), FF 413, onde a execução ao nível de projetos cofinanciados (remodelação e ampliação do HAL e SAMA) foi inferior ao esperado, daí a diminuição de

855 mil euros ocorrida, tal como sucedeu no capítulo 07, FF 362, em relação ao projeto de eficiência energética (POSEUR).

Quanto à FF 540, respeita aos recebimentos provenientes do INEM, no âmbito do protocolo da VMER existente.

Relativamente a receitas de capital, e no que respeita a reforços, de destacar a FF 721 onde foram registadas as verbas atribuídas pela Tutela para cobertura de prejuízos (2,7 M€) para serem aplicadas no pagamento de dívidas vencidas a fornecedores externos.

No capítulo 16 foram inscritas as verbas transitadas da gerência anterior, num total de 244.754 euros. De ressaltar, no entanto, que a sua aplicação em despesa ainda não foi autorizada, pelo que as dotações da receita são superiores às da despesa em 266.118 euros, correspondendo à soma dos saldos da gerência anterior (244.754 euros) e da gerência de 2020 (21.364 euros).

Por fim, ao nível da FF 432 (projeto da eficiência energética – POSEUR), a redução decorre do facto de não ter sido alcançada a execução esperada devido à não realização da medida 7 (substituição de caixilharia com vidro simples por caixilharia com vidro duplo) já que o concurso público realizado para este efeito, lançado em 13 de janeiro de 2020, ficou sem efeito, por os respetivos concorrentes excederem o preço base então estabelecido. Pelo que terá de ser aberto novo procedimento para a concretização desta medida, estando o mesmo pendente da aprovação de um financiamento adicional de 135.742,47 euros (IVA incluído).

Ao nível das despesas (quadro seguinte), a execução originou um acréscimo de 3,7 M€ da dotação total (+4,8%), com as despesas correntes a crescerem 4,6 M€ (+6,35%) e as despesas de capital a registarem uma quebra de 899 mil euros (-19,5%).

De referir que, de acordo com as instruções da DGO, os compromissos finais não contemplam a despesa não paga que transita para o ano seguinte (29 M€, considerando neste montante os encargos/retenções com vencimentos de dezembro/2020 pagos em janeiro/2021) que serão de novo cabimentados na próxima gerência, dando lugar a novos compromissos.

Analisando agora as principais rubricas de despesas correntes, o agrupamento 01 (despesas com pessoal) teve de ser reforçado em 2,1 M€ (FF 511 e 513) pelo facto dos encargos com pessoal terem registado aumentos superiores ao esperado, pelos motivos identificados na análise à execução económica face ao Contrato-Programa.



Ao nível do agrupamento 02 (aquisições de bens e serviços), foi necessário proceder ao seu reforço no montante de 2,5 M€, essencialmente devido ao recebimento da verba registada na FF 721 da receita para cobertura de prejuízos e que foi aplicada em grande parte nestas rubricas no pagamento de dívidas em atraso transitadas do exercício anterior.

Código	Designação	F.F.	DOTAÇÃO INICIAL ANUAL (1)	DOTAÇÃO CORRIGIDA (2)	Variação relativa da DOTAÇÃO (2)/(1)	Variação absoluta da DOTAÇÃO (2)/(1)	COMPROM. ASSUMIDOS (3)	TAXA EXECUÇÃO relativa (3/2)	PAGO do exercício (4)	PAGO de exercícios anteriores (5)	TOTAL PAGO (6)	TAXA EXECUÇÃO relativa anual (6/2)
DESPESAS												
	<i>Despesas Correntes</i>		<i>72.237.052</i>	<i>76.822.066</i>	<i>6,35%</i>	<i>4.585.014</i>	<i>76.822.066</i>	<i>100,00%</i>	<i>58.748.093</i>	<i>18.073.973</i>	<i>76.822.066</i>	<i>100,00%</i>
01	Despesas com pessoal	511	46.373.577	48.206.893	3,95%	1.833.316	48.206.893	100,00%	46.621.146	1.585.747	48.206.893	100,00%
01	Despesas com pessoal	513	0	264.351		264.351	264.351	100,00%	264.185	166	264.351	100,00%
02	Aquisições de bens e serviços	511	25.373.528	24.895.488	-1,88%	-478.040	24.895.488	100,00%	11.122.979	13.772.509	24.895.488	100,00%
02	Aquisições de bens e serviços	513	0	481.935		481.935	485.918	100,83%	461.701	24.217	485.918	100,83%
02	Aquisições de bens e serviços	540	102.150	99.709	-2,39%	-2.441	99.709	100,00%	99.709	0	99.709	100,00%
02	Aquisições de bens e serviços	361	25.600	0	-100,00%	-25.600	0		0	0	0	
02	Aquisições de bens e serviços	413	145.063	0	-100,00%	-145.063	0		0	0	0	
02	Aquisições de bens e serviços	721	0	2.690.281		2.690.281	2.690.281	100,00%	0	2.690.281	2.690.281	100,00%
03	Juros e outros encargos	511	11.534	14.189	23,02%	2.655	14.189	100,00%	13.456	733	14.189	100,00%
03	Juros e outros encargos	513	0	3.983		3.983	0	0,00%	0	0	0	0,00%
04	Transferências Correntes	511	13.762	0	-100,00%	-13.762	0		0	0	0	
06	Outras despesas correntes	511	190.447	165.237	-13,24%	-25.210	165.237	100,00%	164.917	320	165.237	100,00%
06	Outras despesas correntes	513	1.391	0	-100,00%	-1.391	0		0	0	0	
	<i>Despesas de Capital</i>		<i>4.612.779</i>	<i>3.713.372</i>	<i>-19,50%</i>	<i>-899.407</i>	<i>3.713.372</i>	<i>100,00%</i>	<i>2.722.979</i>	<i>990.393</i>	<i>3.713.372</i>	<i>100,00%</i>
07	Aquisição de bens de capital	361	372.359	404.436	8,61%	32.077	404.436	100,00%	404.436	0	404.436	100,00%
07	Aquisição de bens de capital	362	50.842	477	-99,06%	-50.365	477	100,00%	477	0	477	100,00%
07	Aquisição de bens de capital	413	2.110.037	1.391.772	-34,04%	-718.265	1.391.772	100,00%	1.048.234	343.538	1.391.772	100,00%
07	Aquisição de bens de capital	432	1.309.391	772.209	-41,03%	-537.182	772.209	100,00%	576.302	195.907	772.209	100,00%
07	Aquisição de bens de capital	511	130.000	491.914	278,40%	361.914	491.914	100,00%	326.219	165.695	491.914	100,00%
07	Aquisição de bens de capital	513	640.150	614.318	-4,04%	-25.832	614.318	100,00%	367.311	247.007	614.318	100,00%
07	Aquisição de bens de capital	721	0	38.246		38.246	38.246	100,00%	0	38.246	38.246	100,00%
	<i>Total Despesas</i>		<i>76.849.831</i>	<i>80.535.438</i>	<i>4,80%</i>	<i>3.685.607</i>	<i>80.535.438</i>	<i>100,00%</i>	<i>61.471.072</i>	<i>19.064.366</i>	<i>80.535.438</i>	<i>100,00%</i>

No que respeita às despesas de capital, temos a destacar as diminuições de 718 mil euros na FF 413 (projetos de remodelação e ampliação do HAL e SAMA) e de 537 mil euros na FF 432 (POSEUR) pelas razões já expostas na análise à receita.

Quanto à FF 511, o reforço de 362 mil euros advém das verbas recebidas destinadas à aquisição de equipamentos de cuidados intensivos e para o reforço da capacidade laboratorial para diagnóstico de SARS-CoV-2.

Assim sendo, e embora o mapa da execução não transpareça toda a realidade pelos motivos anteriormente expostos (instruções DGO), verifica-se que as dotações finais se revelaram insuficientes

para dar cobertura à totalidade dos compromissos assumidos, em virtude do elevado volume transitado ainda por pagar do ano anterior (cerca de 22 M€ em fornecimentos e serviços, 26,2 M€ no total, sendo que 5,6 M€ respeitam a faturação da ARS do Centro que já poderia ter sido anulada pela ARS do Centro, com intermediação da ACSS, nos termos do despacho do SES de 25/06/2015, mas até à data não foi dado cumprimento ao aludido despacho). Esta suborçamentação, devido a receitas insuficientes face ao nível de despesa existente, recorrente nos últimos anos, originará uma situação idêntica na próxima execução orçamental, em virtude das despesas não pagas em 2020 serem cabimentadas no início do ano seguinte, nos termos das regras em vigor, como já aqui também foi referido.

Assim, globalmente, em termos homólogos, quadro infra, a execução cresceu consideravelmente no exercício de 2020, com as receitas a apresentarem um crescimento de 14,36% (+9,97 M€) nas liquidações, enquanto que na cobrança (próprio ano e anos anteriores) o aumento foi ainda superior, chegando aos 16,44% (+11,4 M€), contribuindo essencialmente para esta variação o facto da FF 511 evidenciar um incremento de 11,24% (+7,5 M€) e a FF 721 ter registado uma entrada de 2,7 M€, como acima referido. Quanto às despesas, os compromissos assumidos sobem 11,78% (+8,5 M€), enquanto que o nível de pagamentos (+16,47% / + 11,4 M€) reflete a cobrança ocorrida.

				u.m.: euro
Descrição	2019	2020	variação	%
Receitas				
- Liquidações	69.435.428	79.405.415	9.969.987	14,36%
- Cobrança	69.392.886	80.801.556	11.408.670	16,44%
Despesas				
- Compromissos	72.049.800	80.535.438	8.485.638	11,78%
- Pagamentos	69.148.131	80.535.438	11.387.307	16,47%

II – Execução Económica face ao Contrato-Programa e Análise à Evolução dos Gastos e Rendimentos Operacionais face ao período homólogo de 2019

A – Gastos e Perdas

No que respeita a gastos (anexo I), a execução superou a dotação prevista em 4,4%, correspondendo a encargos superiores em 3,5 M€.

Os desvios positivos mais significativos incidiram nos gastos com pessoal (+2,83% / +1,37 M€) e nos fornecimentos e serviços externos (+5,67% / +1,1 M€).

Ao nível dos gastos com pessoal, o desvio mais significativo verificou-se nos abonos variáveis e eventuais (+15,68% / +1,2 M€), onde o trabalho extraordinário superou a dotação estimada em 13,3% (+588 mil euros) e o subsídio de prevenção e de trabalho noturno cresceu mais 35,04% (+570 mil euros). Para estas variações contribuíram as mais de 40.972 horas realizadas em presença física e prevenção face ao ano anterior, representando um aumento de 21,9%, e repartindo-se essencialmente pelos profissionais das carreiras de assistente operacional (+18.080 horas / +72,97%), enfermagem (+11.214 horas / +30,94%), TSDT (+10.329 horas / +993,91%) e assistente técnico (+4.548 horas / +131,25%). Tais acréscimos resultam, em larga escala, das necessidades decorrentes da situação pandémica Covid-19.

Para o aumento destes encargos devemos ainda salientar o impacto dos acréscimos registados no ano anterior e as subidas de escalão motivadas pela avaliação de desempenho, bem como as novas contratações decorrentes de necessidades originadas pela pandemia (152 contratações até 31/12/2020 que originaram um encargo estimado de 1,2 M€), a reafetação de pessoal para tratamento de doentes nesta área, para além do prémio de desempenho atribuído aos profissionais de saúde de acordo com o art.º 42.º-A da Lei 2/2020, de 31 de março, no montante de 346 mil euros.

No que concerne aos fornecimentos e serviços externos, o desvio superior a 1 M€ reparte-se entre subcontratos (+5,69% / +485 mil euros) e restantes fornecimentos e serviços onde os serviços especializados foram superiores em 608 mil euros (+9,28%) face ao esperado.

Assim, nos subcontratos, os internamentos apresentam um desvio de 611 mil euros face ao orçamentado (+290,88%) devido ao SIGIC realizado no exterior que apresentou gastos de 773 mil euros (164 mil euros em 2019). Os Meios Complementares de Terapêutica também cresceram 466 mil euros devido à hemodiálise que teve gastos superiores em 482 mil euros face ao período homólogo (decorrente de um contrato de prestação de serviços que no ano anterior apenas tinha iniciado em junho) mas, por outro lado, os Meios Complementares de Diagnóstico ficaram aquém do orçamentado (-12,9% / -565 mil euros), nomeadamente devido à redução de gastos nas valências de imagiologia (-225 mil euros), patologia clínica (-224 mil euros), gastroenterologia (-125 mil euros), cardiologia (-86 mil euros) e medicina nuclear (-83 mil euros), motivada pela quebra na procura e o acesso condicionado aos serviços médicos não urgentes, essencialmente entre abril e junho.

Quanto aos restantes fornecimentos e serviços, o desvio positivo mais significativo ocorreu nos serviços especializados (+9,28% / +608 mil euros) devido ao impacto dos gastos ocorridos nas rubricas de honorários (+32,10% / +190 mil euros), vigilância (+36,25% / +164 mil euros, por existir mais um posto de controlo de entradas e de terem sido faturados 53 mil euros suplementares de retroativos que resultam da revisão de preços do acordo coletivo de trabalho do setor), conservação e reparação (+13,42% / +164 mil euros) e serviços técnicos de recursos humanos (+5,58% / +117 mil euros), sendo que parte destes

acréscimos decorrem de situações relacionadas com a pandemia. A título indicativo, no ano de 2020 foram pagas a prestadores médicos mais 12.717 horas, que correspondem a mais 427.264 euros face ao ano anterior.

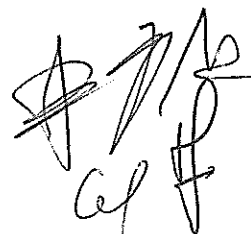
Analisando agora o Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (CMVMC), registou-se uma variação positiva de 2,49% (+251 mil euros), com os desvios mais acentuados a incidirem no material de consumo clínico (+5,15% / +170 mil euros) onde existiu um forte impacto do consumo dos EPI (+213 mil euros em máscaras cirúrgicas e +122 mil euros nas batas de proteção impermeáveis) em detrimento, por exemplo, do material para tratamento (-207 mil euros, devido, em parte, à hemodiálise cujo material passou a ser pago no serviço contratado) e nas próteses (-89 mil euros), sendo expectável que estes gastos cresçam nos próximos meses devido às necessidades decorrentes da atual pandemia. De realçar ainda as rubricas de reagentes e outros produtos farmacêuticos (+8,28% / +85 mil euros), com os reagentes e produtos de diagnóstico rápido a terem consumos superiores ao ano anterior em cerca de 225 mil euros devido às análises realizadas internamente para despiste da Covid-19 (+100,65% nas análises microbiológicas face a 2019).

Por fim, no que respeita aos restantes encargos, os desvios mais relevantes ocorreram em outros gastos e perdas (+672,76% / +505 mil euros) com as dívidas incobráveis a aumentarem 51 mil euros face a 2019 e as perdas em inventários a registarem um incremento de 253 mil euros (total de 267 mil euros de perdas em 2020, mas por outro lado os ganhos também ascenderam a 241 mil euros). Também as perdas por imparidade registaram um desvio assinalável (+94,17% / +235 mil euros) com as perdas em clientes, contribuintes e utentes a aumentarem 76,22% (+210 mil euros).

Deste modo, face à evolução ocorrida, os gastos operacionais relevantes para o cálculo do EBITDA foram de 81.818.112 euros, ou seja mais 3,4 M€ (+4,35%) do que o contratualizado.

Em termos homólogos (anexo II), a evolução registada evidencia um acréscimo global de 5,94%, situando-se os acréscimos mais significativos nos gastos com pessoal (+6,28% / +2,9 M€) e nos fornecimentos e serviços externos (+4,49% / +882 mil euros), mas também no CMVMC (+5,69% / +558 mil euros).

Assim nos CMVMC as variações mais relevantes incidiram no material de consumo clínico (+8,13% / +261 mil euros) devido à aquisição de EPI, conforme já referido anteriormente, e no material para laboratório (+77 mil euros), em detrimento, por exemplo, do material para tratamento. De realçar ainda o acréscimo dos gastos em reagentes e outros produtos farmacêuticos (+25,85% / +227 mil euros), pelos motivos já expostos.



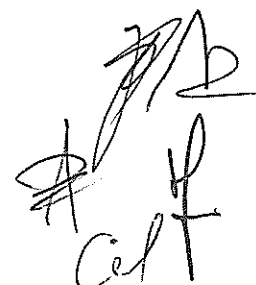
Nos Fornecimentos e Serviços Externos, os subcontratos apresentam um incremento de 3,27% (+285 mil euros) que incide essencialmente nos internamentos (+279,86% / +605 mil euros) devido ao registo de 498 mil euros relativos à especialização de vales de cirurgia por faturar pelas entidades (acrécimo de gastos) dos anos de 2017 a 2020, e nos Meios Complementares de Terapêutica (+14,22% / + 533 mil euros) onde a prestação de serviços para as sessões de hemodiálise já teve impacto em todo este período, daí o acréscimo de 23,05% (+482 mil euros) que se verificou nestes gastos. Quanto aos Meios Complementares de Diagnóstico, a diminuição de 17,5% (-810 mil euros) deve-se à quebra na procura e ao acesso condicionado aos serviços médicos não urgentes, nomeadamente entre abril e junho, com maior impacto nas valências já mencionadas na análise face ao contratualizado.

Quanto aos restantes fornecimentos e serviços, destacam-se os aumentos nos serviços especializados (+11,88% / +760 mil euros), nas rubricas identificadas na referida análise. Decorrente da situação pandémica, as rubricas de transportes apresentam gastos inferiores em 177 mil euros face ao ano anterior (-7,51%), com os transportes de doentes a registarem uma diminuição de 7,17% (-163 mil euros), essencialmente devido ao decréscimo da atividade no 2º trimestre. Ainda assim, apenas os gastos com transportes de bombeiros diminuem (-27,61% / -386 mil euros), já que, tanto nas empresas de transporte de doentes (+20% / +64 mil euros), como nos taxistas (+31,75% / +168 mil euros), a tendência foi de crescimento, com o incremento nestes últimos a dever-se à atualização dos preços pagos (+0,03€ no preço do km e +2,11€ na hora de espera) e ao facto de existir um maior número de transportes individuais motivados pela questão da pandemia.

Quanto aos gastos com pessoal, o incremento de 6,28% (+2,9 M€) reflete-se essencialmente nas remunerações certas e permanentes (+5,5% / +1,6 M€) e nos abonos variáveis e eventuais (+13,09% / + 1 M€) onde o trabalho extraordinário cresceu 11,9% (+533 mil euros) e as noites e suplementos subiram 31,12% (+521 mil euros) pelas razões já mencionadas.

Por fim, no que respeita aos restantes encargos, os desvios mais relevantes ocorreram nas perdas por imparidade (+76,22% / +210 mil euros) devido às perdas em clientes, contribuintes e utentes registadas, e nas provisões (-55,4% / -64 mil euros).

Analisando a evolução dos gastos operacionais, conforme estipulado no n.º 7 do art.º 158.º do DLEO, verificam-se as seguintes variações no período em análise:

Handwritten signature and initials in black ink, located in the bottom right corner of the page. The signature appears to be 'J. B.' and the initials 'C.B.'.

Evolução dos Gastos Operacionais	4T 2020 Exec.	4T 2019 Exec.	2020/2019	
			Δ Absol.	Var. %
Gastos com o pessoal corrigidos dos encargos i), ii) e iii)	49.497.510 €	44.039.689 €	5.457.821 €	12,39%
(i) Indemnizações pagas por rescisão	1.198 €	0 €	1.198 €	
(ii) Valorizações remuneratórias nos termos da LOE 2018	275.594 €	993334	-717.740 €	-72,26%
(iii) Impacto da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 29 de dezembro	47.995 €	425.525 €	-377.530 €	
Gastos com Deslocações (FSE)	75.243 €	84140	-8.897 €	-10,57%
Gastos com Ajudas de custo e Alojamento (G c/ Pessoal)	68.196 €	67972	224 €	0,33%
Gastos associados à frota automóvel	233.379 €	281996	-48.617 €	-17,24%
Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	125.421 €	137261	-11.840 €	-8,63%
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	1450	1321	129	9,77%
N.º Órgãos Sociais (OS)	6	8	-2	-25,00%
N.º Cargos de Direção (CD)	2	2	0	0,00%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	1442	1311	131	9,99%
N.º Trabalhadores/N.º CD	721	661	60	9,08%
N.º de viaturas	51	51	0	0,00%

- Aumento dos gastos com pessoal, pelos motivos já anteriormente descritos e pela existência de um maior número de colaboradores (+129);
- Quanto aos restantes encargos (deslocações, frota automóvel, contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria), existe uma diminuição generalizada provocada pela quebra da atividade, principalmente no 2º trimestre do ano, pelo que estes dados terão de ser relativizados já que em 2019 a realidade foi diferente.

B – Rendimentos e Ganhos

Conforme poderá ser observado no anexo III, a execução ficou abaixo da dotação do período em 5,63% (-4,3 M€), principalmente devido à menor execução ocorrida nas rubricas de prestações de serviços relacionadas com o financiamento (valor capitacional, incentivos, financiamento vertical) onde se verificou um desvio de -2,1 M€ (-2,86%) e nas taxas moderadoras (-52,61% / -714 mil euros) devido à redução da atividade assistencial e, consequentemente, ao não recebimento de taxas moderadoras (estimando-se um total de 149 mil euros diretamente relacionado com a pandemia). Esta redução nas taxas moderadoras decorre, também, da quebra ao nível dos cuidados de saúde primários, devido às alterações legislativas ocorridas, passando a ser dispensado o pagamento de taxas nos episódios de consulta e nos exames complementares de diagnóstico e terapêutica prescritos no âmbito da rede de cuidados de saúde primários e realizados nas instituições e serviços públicos de saúde, estimando-se, só nesta área, uma redução na ordem dos 360 mil.

Com o retomar da atividade, também reativámos o processo de recuperação de taxas moderadoras através do SITAM, que se encontrou suspenso devido a problemas ocorridos na integração dos pagamentos na aplicação SONHO em 2018 e 2019, estando atualmente em curso a cobrança relacionada com parte da dívida do ano de 2018 e a totalidade dos anos de 2019 e 2020.

Em outros rendimentos e ganhos houve um crescimento acentuado face ao previsto (+246,78% / +508 mil euros) no orçamento, essencialmente devido à execução ocorrida no exercício face ao ano anterior, com incrementos em ganhos em inventários (+137 mil euros) e em correções relativas a períodos anteriores (+174 mil euros) pela anulação de faturas da ADSE no montante de 182 mil euros.

Por fim, de realçar o montante de 2,6 M€ registado em acerto de estimativas, conforme instruções da ACSS e de acordo com a Circular Normativa n.º 6/2019, de 21 de março, e que se refere aos Contratos-Programa dos anos de 2015 e 2016.

Assim o total dos rendimentos próprios operacionais ascendeu aos 71.894.668¹ euros, isto é menos 4,3 M€ (-5,62%) face ao previsto em sede de Contrato-Programa.

Em termos homólogos (anexo IV), registou-se um acréscimo de 4,59% (+3,2 M€), com especial incidência nas prestações relacionadas com o Contrato-Programa do exercício (+9,75% / +6,3 M€), embora no seu conjunto as prestações de serviços apenas cresçam 4,2 M€ (+6,36%) devido ao acerto de estimativas de -2,6 M€ relativamente aos Contratos-Programa de 2015 e 2016.

De assinalar, ainda, a acentuada redução ao nível da faturação de taxas moderadoras (-68,4% / -1,4 M€), devido à pandemia que originou a quebra mencionada anteriormente, bem como o facto de ter estado suspenso o processo de recuperação de taxas através do SITAM. Para esta redução contribuíram ainda as alterações legislativas aludidas.

Em outros rendimentos e ganhos as razões para o elevado acréscimo de 77% (+311 mil euros) também se encontram descritas na análise à execução face previsto no Contrato-Programa.

III – Recursos Humanos

A evolução de recursos humanos na ULSCB durante o 4º trimestre relativamente ao trimestre anterior manteve uma tendência crescente, fruto da situação de pandemia COVID-19. Relativamente ao período homólogo constata-se também e como é natural e consequente uma evolução positiva no número de efetivos, incrementando substancialmente o mapa de pessoal face ao mês de março de 2020. No 4º

¹ Exclui a conta 782 (Descontos de pronto pagamento obtidos)

trimestre a variação mais significativa registou-se no pessoal assistente operacional, tendo-se verificado no geral um aumento de lugares - de 1318 em dezembro de 2019 para 1447 em dezembro 2020.

O aumento significativo de profissionais de saúde nestas carreiras ficou a dever-se, naturalmente, à necessidade de contar com um número de efetivos suficiente para continuar a garantir a eficácia, a operacionalidade, a reestruturação de serviços e uma gestão atempada eficaz e focada no controlo eficiente da pandemia provocada pela COVID-19.

As obrigações assistências obrigatórias e a imposição de cumprimento das regras e orientações emanadas pela DGS decorrentes da situação de pandemia COVID-19, criaram a necessidade de procedimentos que houve necessidade de manter, no sentido de salvaguardar a integridade de saúde dos doentes e dos profissionais, conforme e pelas mesmas razões já anteriormente invocadas, de que são exemplo:

- a) - A duplicação de circuitos, com a criação de corredores para doentes COVID e não COVID;
- b) - A criação de áreas de atendimento próprias para doentes COVID (ADC);
- c) - O alargamento de horários devido à necessidade de evitar aglomeração de pessoas e doentes e garantir o distanciamento social;
- d) - A criação de novos serviços e alargamento de outros existentes.

Consequentemente, a nova organização criada, implicou a aplicação de uma gestão reforçada a todos os níveis, situação que continua a manter-se face à possibilidade de recrudescimento dos indicadores relativos à pandemia.

Verificou-se também uma ligeira subida nos efetivos da carreira de TSĐT, especialmente na área de análises clínicas tendo em conta a necessidade de colheita de material para realização dos testes COVID realizados no laboratório da ULSCB, área esta particularmente exigente e fulcral no desempenho do diagnóstico e atividade de controlo da pandemia.

Continuam a registar-se diversos outros constrangimentos, nomeadamente, ao nível do absentismo, tendo em conta a idade média geral dos recursos humanos vinculados ao mapa de pessoal da ULSCB (47 anos) e a idade média mais elevada (64 anos) com referência ao grupo dos [60-70 anos]. Em alguns grupos profissionais com maior número de trabalhadores, expressa-se e observa-se uma elevada taxa de absentismo, maioritariamente devido a situações de doença e assistência à família.

Paralelamente e relativamente aos grupos etários mais jovens tem vindo a observar-se uma tendência de subida, ainda que e comparativamente com o ano de 2019 no que concerne às faltas por parentalidade se tenha verificado uma ligeira descida (8109 para 7751). Toda a panóplia de faltas, determina longos períodos de afastamento do serviço, que conjugada com a ausências por licenças devido ao usufruto de



direitos sociais e, aumento das situações de incapacidade parcial, criam um enorme impacto no absentismo, o que contribui também por este facto para a necessidade de aumento de efetivos.

Tudo conjugado, o ano de 2020 foi particularmente gravoso nesta matéria.



UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DE CASTELO BRANCO, EPE
SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS
(4º TRIMESTRE)
PESSOAL ACTIVO EM 31.12.2020 - 1.447 trabalhadores

01.10.2020 a 31.12.2020 - Dias Úteis

01.10.2020 à 31.12.2020 - Dias Úteis																		
GRUPOS PROFISSIONAIS	PISSCATIVO	CATEGORIA (1)	PRESTACAO DAS (2)	FALCERAO TO PAVEN (3)	DOENÇA (4)	ACIDENTE TRABALHO (5)	ACIDENTE FAMILIA (6)	TRAB. ESTAGIARI O (7)	HEBERRA DE CONTINGO NCA (8)	GRUPO (9)	EQUISITADAS (10)	ACIDENTAL (11)	COM GRATERIA FORMACAO (12)	OUBRAS (13)	TOTALS DAS AUCENCIA	Média Falas		% SÍTIAL PALTAS ULESCH
																MÉDIA DAS CARRERAS	MÉDIA DAS TRAB-ULESCH	
Pessoal Médico (inclui Internos)	226		397	21	481		73						550	24	1.546	6,84	1,07	25,56%
Técnico Superior de Saúde	19		120		33		12						4		169	8,83	0,12	2,79%
Pessoal de Enfermagem	530		776	70	1.117	12	83	18				5	23	74	2.178	4,11	1,51	35,99%
TSDT	160		106	4	252		45	2					9	1	419	4,19	0,29	6,92%
Pessoal de Informática	11			10	25		15					8			58	5,27	0,04	0,96%
Pessoal Docente	1														0	0,00	0,00	0,00%
Pessoal Dirigente (inclui Adm. Hosp.)	5														0	0,00	0,00	0,00%
Assistente Técnico	175			9	268		26	1						36	380	2,12	0,26	6,28%
Assistente Operacional	349	10		31	1.087	26	37					1		87	1.279	3,66	0,88	21,14%
Técnico Superior (RG)	27				16		1							5	22	0,81	0,02	0,36%
TOTALS	1.447	10	1.359	145	3.319	38	292	21	0	0	0	14	586	227	6.051	4,18	4,18	100,00%
MEDIA		0,01	0,97	0,10	2,29	0,03	0,20	0,01	0,00	0,00	0,00	0,01	0,40	0,16	4,18			

(*) OUB11 = Duração da cirurgia; Jans, Soma de Jans; Compensação do diagnóstico; Metas diagnósticas; Compensação serviço de urgência; Covid 19; Exames em Médico; Diagnóstico e exames complementares.

Mapa comparativo de evolução dos Recursos Humanos da ULSCB no 4º Trimestre de 2019/2020 e entre a fase anterior à situação de pandemia (dez-2019) e o final do ano de (dez-2020).

SRH MAPA DE PESSOAL GERAL ABSOLUTO DA ULSCB 4º TRIM

TOTAL GERAL 2019				TOTAL GERAL 2020			TOTAL GERAL # 2019/2020			# 20/20	# 20/20
Carreira/Categoria	outubro	novembro	dezembro	outubro	novembro	dezembro	outubro	novembro	dezembro	out/dez	nov/dez
Conselho Administração	5	5	5	3	3	3	-2	-2	-2	0	0
Administrador Hospitalar	2	2	2	2	2	2	0	0	0	0	0
Méd. Especialistas	161	161	160	158	157	158	-3	-4	-2	0	-1
Méd. Grau Especialista	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0
Méd. IIM - Formação Específ.	41	41	41	42	41	40	1	0	-1	-2	-1
Méd. IIM - Formação Geral	27	27	27	27	27	27	0	0	0	0	0
Téc. Superior Saúde	17	17	17	19	19	19	2	2	2	0	0
Téc. Superior	31	30	30	28	27	27	-3	-3	-3	-1	0
Enfermagem	483	485	487	528	529	530	45	44	43	2	1
Téc. Diag. Terapêutica	76	75	76	96	99	100	20	24	24	4	1
Informática	11	11	11	11	11	11	0	0	0	0	0
Educadora Infantil	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0
Assistente Técnico	172	173	174	178	178	179	6	5	5	1	1
Assistente Operacional	286	286	286	332	339	349	46	53	63	17	10
TOTAL - Etridade funções	1314	1315	1318	1426	1434	1447	112	119	129	21	13
Pessoal fora da ULSCB	18	18	19	21	21	21	3	3	2	0	0



IV – Evolução da Dívida e dos Pagamentos em Atraso

- A dívida total em 31/12/2020 (27,1 M€) aumentou 2,5 M€ se comparada com o período homólogo (+1,7 M€ nos pagamentos em atraso).
- Considerando que no triénio 2017-2019 os gastos cresceram 10 M€ (7 M€ nos encargos com pessoal e 3 M€ nas aquisições de bens e serviços) e que o financiamento recebido não acompanhou este crescimento (apenas +2,8 M€ no financiamento), não será difícil de perceber que seria inevitável que a atual situação da dívida viesse a piorar, embora no ano em curso tenha existido uma aproximação efetiva entre gastos e rendimentos motivada pelo acréscimo do financiamento indicado neste relatório.
- De referir ainda que parte significativa desta dívida (5,6 M€) corresponde a faturação da ARS do Centro recebida e processada em finais de 2012 e início de 2013 e que se reporta a reembolsos relacionados com encargos com MCDT (4,6 M€) e vencimentos (1 M€) assumidos por essa entidade na fase de transição/criação da ULSCB, entre janeiro de 2010 e fevereiro de 2011. Parte desta dívida (4,6 M€) já poderia ter sido anulada pela ARS do Centro, com intermediação da ACSS, nos termos do despacho do SES de 25/06/2015, mas até à data não foi dado cumprimento ao aludido despacho.
- O crescimento da dívida originou, como seria de esperar, que o PMP crescesse, fixando-se no final do período nos 146 dias.
- Quanto ao PMR (prazo médio de recebimento), constata-se uma melhoria em 22 dias face ao ano anterior, devido à redução das dívidas da ACSS (-4,3 M€), nomeadamente por acertos aos Contratos-Programa de 2015 e 2016.

Período: janeiro a dezembro

u.m.: euro

	2019	2020	variação	
			absoluta	%
Dívida Total	24.574.579	27.091.903	2.517.324	10,24%
Dívida vincenda	9.588.823	10.639.499	1.050.677	10,96%
Dívida vencida	14.985.757	16.452.404	1.466.647	9,79%
Pagamentos em atraso	9.609.813	11.329.077	1.719.265	17,89%
PMP ponderado (dias)	127	146	19	15,09%
PMR (dias)	73	51	-22	-29,99%

CONSIDERAÇÕES FINAIS

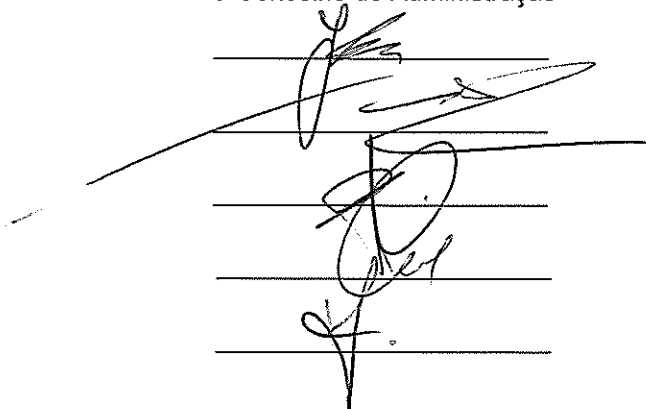
- Conforme referido de forma recorrente nos relatórios trimestrais anteriores, era expectável que a dívida voltasse a crescer a partir de julho, com o pagamento das retenções e contribuições relativas ao subsídio de férias, e tal veio a confirmar-se, com um agravamento na ordem dos 6,4 M€ no segundo semestre devido, em larga escala, ao impacto dos encargos com pessoal.
- Tal situação foi exposta à Tutela, mas apenas nos foi concedido um reforço de 323 mil euros para pagamento de dívidas.
- Embora o adiantamento do Contrato-Programa tenha sido reforçado durante o ano de 2020 (cerca de 330 mil euros mensalmente, para além dos acréscimos já aludidos na nota introdutória), tal foi insuficiente para fazermos face ao acréscimo de encargos, tanto mais que também existiu uma quebra acentuada ao nível da receita de taxas moderadoras, pelo que nos meses em que incidem os pagamentos dos subsídios (férias e Natal), ficamos com muito menos liquidez para pagamentos a fornecedores.
- Atendendo à situação de exceção que atravessamos motivada pela situação pandémica, e apesar da contratualização inicial ter sido revista a meio de exercício, podemos dizer que foram subestimadas muitas das situações que acabaram por originar este avolumar de gastos e a redução dos rendimentos, com repercussões que se mantêm no exercício de 2021 em curso, não tendo sido possível tomar medidas de gestão adicionais que permitissem cumprir os objetivos previstos em sede de contratualização por forma a não comprometer o combate à Covid-19. Com o aliviar da crise de saúde pública, será necessário rever a reavaliar situações geradoras de encargos que possam vir a ser gradualmente reduzidas total ou parcialmente, com o intuito de suster o crescente aumento da dívida.

Castelo Branco, 23 de julho de 2021

ULS - Castelo Branco
O Conselho de Administração

17 SET. 2021

O Conselho de Administração



Anexo I – Gastos e Perdas

u.m.: euro

Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Gastos)

31/12/2020

Código	Designação	ORÇAMENTO ANUAL	PROCESS. EM 31/12/2020	VARIAÇÃO ABSOLUTA	VARIAÇÃO RELATIVA	EXECUÇÃO em %
		(1)	(2)	(2) - (1)	(2) - (1)	(2) - (1)
61	CUSTO MERC.VEND. E MAT.CONS.:					
61241	Produtos farmacêuticos	6 471 438	6 581 383	109 945	1,70%	101,70%
612411	Medicamentos	5 450 000	5 475 394	25 394	0,47%	100,47%
612412/19	Reagentes /Out. prod. farmacêuticos	1 021 438	1 105 989	84 551	8,28%	108,28%
61242	Material de consumo clínico	3 300 000	3 469 865	169 865	5,15%	105,15%
6126	Alimentação - gêneros por confeccionar	1 380	1 192	-188	-13,61%	86,39%
61243	Material consumo hoteleiro	115 000	117 315	2 315	2,01%	102,01%
61244	Material consumo administrativo	99 703	87 715	-11 988	-12,02%	87,98%
61245	Material manutenção/conservação	122 683	103 994	-18 689	-15,23%	84,77%
61249	Outro material de consumo	0	0	0	0,00%	0,00%
	Total da conta 61	10.110.204	10.361.465	251.261	2,49%	102,49%
62	FORN. E SERVIÇOS EXTERNOS:					
621	Subcontratos e concessões de serviços	8 527 223	9 012 489	485 266	5,69%	105,69%
62111	Meios complementares diagnóstico	4 381 164	3 815 842	-565 322	-12,90%	87,10%
62112	Meios complementares terapêutica	3 812 626	4 278 341	465 715	12,22%	112,22%
62113	Produtos vendidos p/farmácias	0	0	0	0,00%	0,00%
62114	Produtos Fornecidos por Farmácias Hospitalares	15 262	7 692	-7 570	-49,60%	50,40%
62115	Internamentos	210 000	820 849	610 849	290,88%	390,88%
62116	Contratos e Acordos	0	0	0	0,00%	0,00%
62119	Outros subcontratos	108 171	89 765	-18 406	-17,02%	82,98%
622	Serviços especializados	6 550 000	7 157 759	607 759	9,28%	109,28%
623	Materiais de consumo	50 119	37 253	-12 866	-25,67%	74,33%
624	Energia e fluidos	1 100 000	1 121 891	21 891	1,99%	101,99%
625	Deslocações, estadas e transportes	2 189 115	2 180 689	-8 426	-0,38%	99,62%
626	Serviços diversos	1 000 000	1 008 101	8 101	0,81%	100,81%
	Total da conta 62	19.416.457	20.518.181	1.101.724	5,67%	105,67%
63	GASTOS COM O PESSOAL					
631	Remunerações órgãos sociais e de gestão	350 000	317 812	-32 188	-9,20%	90,80%
632	Remunerações do pessoal	38 544 015	39 902 643	1 358 628	3,52%	103,52%
6321	Remunerações certas e permanentes	30 844 599	30 995 753	151 154	0,49%	100,49%
63211	Remuneração base	25 020 495	24 933 716	-86 779	-0,35%	99,65%
63212	Subsídio de férias	2 209 573	2 584 986	375 413	16,99%	116,99%
63213	Subsídio de Natal	2 060 252	2 073 610	13 358	0,65%	100,65%
63215	Subsídio de refeição	1 550 870	1 398 938	-151 932	-9,80%	90,20%
6321xx	Outros	3 409	4 503	1 094	32,10%	132,10%
6322	Abonos variáveis e eventuais	7 699 416	8 906 890	1 207 474	15,68%	115,68%
632204	Trabalho extraordinário	4 422 343	5 010 468	588 125	13,30%	113,30%
632207	Subs. de prevenção, trab. noturno e de turno	1 626 715	2 196 725	570 010	35,04%	135,04%
6322xxx	Outros	1 650 358	1 699 697	49 339	2,99%	102,99%
633	Benefícios pós-emprego	1 354	1 535	181	13,40%	113,40%
634	Indemnizações	2 036	4 543	2 507	123,14%	223,14%
635	Encargos sobre remunerações	9 147 041	9 190 226	43 185	0,47%	100,47%
636	Acidentes de trab. e doenças profissionais	199 195	185 032	-14 163	-7,11%	92,89%
637	Gastos de ação social	0	87	87	0,00%	0,00%
638	Outros gastos com pessoal	45 131	10 360	-34 771	-77,05%	22,95%
639	Outros encargos sociais	164 486	210 058	45 572	27,71%	127,71%
	Total da conta 63	48.453.258	49.822.297	1.369.039	2,83%	102,83%
60	Transferências e subsídios concedidos	0	0	0		
64	Gastos de depreciação e de amortização	1 403 041	1 503 278	100 237	7,14%	107,14%
65	Perdas por imparidade	250 000	485 432	235 432	94,17%	194,17%
67	Provisões do período	100 000	51 168	-48 832	-48,83%	51,17%
68	Outros gastos e perdas	75 000	579 569	504 569	672,76%	772,76%
69	Gastos e perdas por juros e outros encargos	15 928	14 923	-1 005	-6,31%	93,69%
	TOTAL GERAL	79.823.888	83.336.313	3.512.425	4,40%	104,40%

Anexo II – Variação Gastos e Perdas

Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Gastos)

31/12/2020

Código	Designação	PROCESS. EM 31/12/2019 (1)	PROCESS. EM 31/12/2020 (2)	Δ (2)-(1) EM VALORES	Δ (2)-(1) EM %
61	CUSTO MERC.VEND. E MAT.CONS.:				
61241	Produtos farmacêuticos	6.260.366	6.581.383	321.017	5,13%
612411	Medicamentos	5.381.518	5.475.394	93.876	1,74%
612412/19	Reagentes /Out. prod. farmacêuticos	878.848	1.105.989	227.141	25,85%
61242	Material de consumo clínico	3.209.006	3.469.865	260.859	8,13%
6126	Alimentação - géneros por confeccionar	1.262	1.192	-70	-5,53%
61243	Material consumo hoteleiro	104.336	117.315	12.979	12,44%
61244	Material consumo administrativo	98.317	87.715	-10.601	-10,78%
61245	Material manutenção/conservação	130.132	103.994	-26.138	-20,09%
	Total da conta 61	9.803.419	10.361.465	558.046	5,69%
62	FORN. E SERVIÇOS EXTERNOS:				
621	Subcontratos e concessões de serviços	8.727.109	9.012.489	285.379	3,27%
62111	Meios complementares diagnóstico	4.625.454	3.815.842	-809.611	-17,50%
62112	Meios complementares terapêutica	3.745.766	4.278.341	532.574	14,22%
62113	Produtos vendidos p/farmácias	0	0	0	
62114	Produtos Fornecidos por Farmácias Hospitalares	14.296	7.692	-6.604	-46,19%
62115	Internamentos	216.091	820.849	604.758	279,86%
62116	Contratos e Acordos	0	0	0	0,00%
62119	Outros subcontratos	125.503	89.765	-35.738	-28,48%
622	Serviços especializados	6.397.572	7.157.759	760.186	11,88%
623	Materiais de consumo	48.585	37.253	-11.332	-23,32%
624	Energia e fluidos	1.146.678	1.121.891	-24.787	-2,16%
625	Deslocações, estadas e transportes	2.357.812	2.180.689	-177.123	-7,51%
626	Serviços diversos	958.068	1.008.101	50.033	5,22%
	Total da conta 62	19.635.824	20.518.181	882.357	4,49%
63	GASTOS COM O PESSOAL				
631	Remunerações órgãos sociais e de gestão	343.730	317.812	-25.918	-7,54%
632	Remunerações do pessoal	37.255.071	39.902.643	2.647.572	7,11%
6321	Remunerações certas e permanentes	29.379.052	30.995.753	1.616.700	5,50%
63211	Remuneração base	23.739.044	24.933.716	1.194.672	5,03%
63212	Subsídio de férias	2.331.123	2.584.986	253.863	10,89%
63213	Subsídio de Natal	1.989.358	2.073.610	84.252	4,24%
63215	Subsídio de refeição	1.316.286	1.398.938	82.651	6,28%
6321xx	Outros	3.241	4.503	1.262	38,95%
6322	Abonos variáveis e eventuais	7.876.018	8.906.890	1.030.872	13,09%
632204	Trabalho extraordinário	4.477.615	5.010.468	532.853	11,90%
632207	Subs. de prevenção, trab. noturno e de turno	1.675.411	2.196.725	521.314	31,12%
6322xxx	Outros	1.722.992	1.699.697	-23.295	-1,35%
633	Benefícios pós-emprego	1.436	1.535	100	6,96%
634	Indemnizações	2.115	4.543	2.428	114,77%
635	Encargos sobre remunerações	8.878.107	9.190.226	312.120	3,52%
636	Acidentes de trab. e doenças profissionais	180.929	185.032	4.104	2,27%
637	Gastos de ação social	87	87	0	0,00%
638	Outros gastos com pessoal	46.666	10.360	-36.306	-77,80%
639	Outros encargos sociais	169.268	210.058	40.790	24,10%
	Total da conta 63	46.877.407	49.822.297	2.944.889	6,28%
60	Transferências e subsídios concedidos	0	0	0	0,00%
64	Gastos de depreciação e de amortização	1.408.694	1.503.278	94.585	6,71%
65	Perdas por imparidade	275.476	485.432	209.955	76,22%
67	Provisões do período	114.723	51.168	-63.555	-55,40%
68	Outros gastos e perdas	531.762	579.569	47.807	8,99%
69	Gastos e perdas por juros e outros encargos	15.524	14.923	-601	-3,87%
	TOTAL GERAL	78.662.829	83.336.313	4.673.485	5,94%

Anexo III – Rendimentos e Ganhos

Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Rendimentos)

31/12/2020

Código	Designação	ORÇAMENTO	PROCESS. EM	VARIAÇÃO	VARIAÇÃO	EXECUÇÃO
		ANUAL	31/12/2020	ABSOLUTA	RELATIVA	em %
		(1)	(2)	(2) - (1)	(2) - (1)	(2) - (1)
70	Impostos, contribuições e taxas					
704108	Taxas moderadoras	1.357.500	643.368	-714.132	-52,61%	47,39%
7041xx	Outras taxas	25.000	18.247	-6.754	-27,01%	72,99%
	Total da conta 70	1.382.500	661.614	-720.886	-52,14%	47,86%
71	Vendas	0	0	0	0,00%	0,00%
72	Prestações de serviços e concessões					
7201164	Incentivos institucionais	0	7.136.156	7.136.156	0,00%	0,00%
7201165	Valor capitolacional (ULS)	72.911.898	63.500.609	-9.411.289	-12,91%	87,09%
7201168	Internos	810.944	789.664	-21.280	-2,62%	97,38%
7201169	Outras prestações de serviços	0	0	0	0,00%	0,00%
	<i>total da 72011 - SNS Contrato-Programa</i>	<i>73.722.842</i>	<i>71.426.429</i>	<i>-2.296.413</i>	<i>-3,11%</i>	<i>96,89%</i>
72012	Prest. saúde de financiamento vertical (ACSS)	143.068	328.233	185.165	129,42%	229,42%
	<i>total da 72011 + 72012</i>	<i>73.865.910</i>	<i>71.754.662</i>	<i>-2.111.248</i>	<i>-2,86%</i>	<i>97,14%</i>
72013	Outras entidades responsáveis	653.403	805.178	151.775	23,23%	123,23%
72014	Acerto de estimativas	0	-2.644.791	-2.644.791		
7299	Outros Serviços	0	326.219	326.219	0,00%	0,00%
	Total da conta 72	74.519.313	70.241.269	-4.278.044	-5,74%	94,26%
75	Transferências e subs. correntes obtidos	81.006	110.415	29.409	36,30%	136,30%
76	Reversões	0	168.398	168.398	0,00%	0,00%
78	Outros rendimentos e ganhos	206.001	714.375	508.374	246,78%	346,78%
79	Juros, dividendos e out. rend. Similares	0	0	0	0,00%	0,00%
	TOTAL GERAL	76.188.820	71.896.072	-4.292.748	-5,63%	94,37%

Anexo IV – Variação Rendimentos e Ganhos

Mapa de Controlo do Orçamento Económico (Rendimentos)

31/12/2020

Código	Designação	PROCESS. EM	PROCESS. EM	Δ (2)-(1) EM	Δ (2)-(1) EM
		31/12/2019 (1)	31/12/2020 (2)	VALORES	%
70	Impostos, contribuições e taxas				
704108	Taxas moderadoras	2.035.660	643.368	-1.392.292	-68,40%
7041xx	Outras taxas	46.055	18.247	-27.809	-60,38%
	Total da conta 70	2.081.716	661.614	-1.420.101	-68,22%
71	Vendas	0	0	0	0,00%
72	Prestações de serviços e concessões				
7201162	Programas de gestão da doença crónica	0	0	0	0,00%
7201164	Incentivos institucionais	6.426.494	7.136.156	709.662	11,04%
7201165	Valor capitolacional (ULS)	57.896.871	63.500.609	5.603.738	9,68%
7201168	Internos	760.529	789.664	29.136	3,83%
7201169	Outras prestações de serviços	0	0	0	0,00%
	<i>total da 72011 - SNS Contrato-Programa</i>	<i>65.083.894</i>	<i>71.426.429</i>	<i>6.342.536</i>	<i>9,75%</i>
72012	Prest. saúde de financiamento vertical (ACSS)	277.770	328.233	50.463	18,17%
	<i>total da 72011 + 72012</i>	<i>65.361.664</i>	<i>71.754.662</i>	<i>6.392.999</i>	<i>9,78%</i>
72013	Outras entidades responsáveis	678.601	805.178	126.578	18,65%
72014	Acerto de estimativas	0	-2.644.791		
7299	Outros Serviços	0	326.219	326.219	0,00%
	Total da conta 72	66.040.264	70.241.269	4.201.004	6,36%
75	Transferências e subs. correntes obtidos	91.915	110.415	18.500	20,13%
76	Reversões	120.958	168.398	47.441	39,22%
78	Outros rendimentos e ganhos	403.603	714.375	310.772	77,00%
79	Juros, dividendos e out. rend. Similares	0	0	0	0,00%
	TOTAL GERAL	68.738.456	71.896.072	3.157.616	4,59%